

BRASÍLIA – O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), tentará barrar hoje a inclusão na pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional da proposta de emenda constitucional (PEC) que vincula os recursos da Saúde ao Orçamento da União, criando um novo impasse com o ministro da Saúde, José Serra. O senador sugeriu ao presidente Fernando Henrique Cardoso a retirada da medida entre os itens da pauta, alegando necessidade de enxugamento por considerá-la contraditória com a política do governo, que é contra à desvinculação.

Serra, entretanto, obteve o compromisso do secretário-geral da Presidência da República, ministro Aloysio Nunes Ferreira, de que a PEC da Saúde seria incluída entre os pontos prioritários da pauta. Se a medida for aprovada, o governo não poderá cortar os recursos para a Saúde e o Orçamento da União aumentará em mais 5% do seu valor. O Orçamento da Saúde ficará vinculado ao PIB nominal com direito a reajuste conforme a taxa de inflação. Em caso de elevação, o índice será repassado automaticamente para reajustar o Orçamento do Ministério da Saúde.

A nova divergência entre Serra e Antonio Carlos poderá deixar o Ministério da Saúde com problemas de caixa para o ano que vem. Este ano, o ministério gastou cerca de R\$ 20 bilhões. Mas se a medida provisória for aprovada, o Orçamento da União para o Ministério da Saúde aumentará mais 5% sobre o que foi gasto este ano. Outra mudança será a pos-

sibilidade do Orçamento da Saúde aumentar automaticamente de acordo com a inflação. Para Serra, o mais importante não é aumentar os recursos para a Saúde, e sim a garantia de que não haverá cortes. Nos estados, a previsão de aumento no orçamento da Saúde é de até 12% em 2004. Nos municípios, a vinculação atingiria até 15% em 2004.

Na Câmara dos Deputados, a medida foi aprovada em dois turnos, e chegou a obter na primeira votação 406 votos a favor contra apenas três contrários. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, teria dado aval para a aprovação pelos deputados, depois de reunião na semana passada com o ministro José Serra. Mas, no Senado, a bancada do PFL divulgou nota oficial condenando a medida.

Antonio Carlos utiliza um argumento regimental para derrubar a proposta. É o de que o Senado já teria no início do ano rejeitado uma proposta semelhante do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Mas, no entendimento dos juristas consultados pelo Ministério da Saúde, a medida teria que ser aprovada pelo menos em primeiro turno na convocação extraordinária para valer no ano 2000.

Os governadores e os prefeitos estão colocando a medida como uma das mais importantes para contar prazo e conversar durante o esforço concentrado. Alguns governadores são contra alegando que a vinculação poderá desvirtuar a política do governo. Também são favoráveis os representantes do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, que já divulgaram nota de apoio ao ministro José Serra.

ACM cria novo impasse com Serra

■ Presidente do Senado tenta barrar proposta de emenda constitucional que vincula recursos da Saúde ao Orçamento